



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM
Nº 01 – Ano I – 05/2012
www.ufvjm.edu.br/vozes

A eudaimonía aristotélica: a felicidade como fim ético

Prof. Dr. Roberto Antonio Penedo do Amaral
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades – FIH
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
E-mail: penedo.amaral@gmail.com

Deyse Amorim Silva
Bacharel em Humanidades (UFVJM)
Bolsista do PIBID
(Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) – CAPES/UFVJM
E-mail: deyamorim@gmail.com

Luciene Izabel Gomes
Bacharel em Humanidades (UFVJM)
Escola Municipal de Sopa, Distrito de Sopa – Diamantina-MG
E-mail: lucienedtna07@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo analisar as contribuições da filosofia aristotélica, tendo em vista sua formulação teórica no que tange ao conceito de felicidade (*eudaimonía*), realizável através da atitude ética. Para entender o pensamento deste filósofo, devemos ter em mente, tanto o contexto histórico-político, como também o contexto cultural e filosófico de sua época. Suas obras foram redigidas a partir do que já havia sido escrito, investigando e solucionando algumas questões sem resposta, sendo este um dos motivos que o levou a ser considerado um dos precursores da história do pensamento ocidental.

Palavras-chave: Aristóteles. Filosofia. Felicidade. Ética.

Introdução

A vida no mundo contemporâneo tem levado as pessoas a se arrastarem num turbilhão de ideias, informações, inovações tecnológicas e preocupações de todo tipo, ao mesmo tempo em que não dá condições de o indivíduo olhar para si e refletir a respeito de sua existência.

Neste trabalho apresentaremos o caminho trilhado por Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), através de uma vida inteira dedicada a estudos e pesquisas em diversos campos do saber, com a intenção de indicar ao homem, ser racional, moldável e por natureza aspirante ao bem, o meio de exercer as virtudes para cumprir sua finalidade no mundo: ser feliz.

O filósofo estagirita amadureceu seu pensamento no contexto de uma Grécia em ruínas, politicamente fraca, devido às constantes guerras e disputas políticas. A vontade de ver seu país prosperar por meio da mudança do comportamento dos cidadãos da *pólis* o inspirou a construir uma vasta produção filosófica e científica.

A filosofia, para este pensador grego, tem “o ser” como objeto central de pesquisa, para tanto, ele faz uso da metafísica para explicar o mundo sensível, trazendo à tona os recursos da linguagem para que o homem possa comunicar seus valores.

Abordaremos também, os preceitos da lógica, que segundo o filósofo, é a maneira de pensar corretamente, portanto, a estrutura pela qual Aristóteles fundou seu pensamento.

Ética e a felicidade são alguns dos temas centrais discutidos na obra aristotélica, mediante tais conceitos, o filósofo escreveu um dos mais importantes tratados sobre as condutas e o agir humano perante a sociedade, destacando a relevância da racionalidade, prudência e moderação como forma de educação do caráter: *Ética a Nicômaco*.

1. Aristóteles: vida e obra

Considerado um dos maiores pensadores do Ocidente, Aristóteles nasceu na cidade grega de Estagira. Era filho de Nicômaco, médico da corte do rei da

Macedônia. Seus pais morreram cedo, por isso foi criado por Proxeno, seu tio, que o iniciou em estudos da medicina, fato que explica seu interesse pela biologia.

Na juventude, Aristóteles decide mudar-se para Atenas e ingressa na Academia de Platão, tornando-se um dos discípulos mais brilhantes, por desenvolver suas próprias pesquisas e teorias e contestar em vários pontos as teses de seu mestre.

Lá torna-se logo um dos mais destacados alunos, sendo, ao que consta, apelidado de “A inteligência da Escola” e de “Leitor”. Permanece por mais de vinte anos ligado à Academia, que nessa época rivalizava em importância com a Escola de Isócrates. Bem cedo ultrapassa o nível de simples estudante (FARIA, 1994 p. 20).

Permanece ligado à Academia até a morte de Platão. Sua origem naturalista não se adaptou ao matematismo místico que começou a reger a escola, abandonando-a por causa da divergência de opiniões com Espeusipo, novo diretor da Academia, sobrinho de Platão.

A convite de Hérmiás, governador de Atarneu, Aristóteles deixa Atenas e transfere-se para a cidade acima citada, onde passa a ministrar cursos, continuando os estudos de filosofia e política. Permanece ali por três anos e, com a morte do velho amigo que o convidara, transfere-se para Mitilene.

O período em que passou entre essas três cidades (Atarneu, Assos e Mitilene) foi um dos mais fecundos de sua vida, no qual aprofundou os estudos em física, lógica, moral e retórica.

Em 342 a.C., o rei Filipe da macedônia o convida para ocupar-se da educação de seu filho Alexandre. Aristóteles permaneceu nessa atividade por três anos e a encerra com a morte do imperador, quando Alexandre assume o poder. Casa-se duas vezes, tendo uma filha no primeiro casamento. Do segundo, vem à luz o filho Nicômaco, ao qual é dedicada uma obra posterior chamada *Ética a Nicômaco*.

Aristóteles retorna a Atenas e funda sua própria escola, o *Liceu*, que recebe este nome por localizar-se nos jardins do templo dedicado a Apolo Lício.

O Liceu (que Aristóteles dirigiu de 335 a 323 a.C) possuía um edifício, um jardim e uma alameda para passeio – em grego: *perípatos*, passeio por onde se anda conversando –, motivo pelo qual a escola aristotélica foi chamada de peripatética, seja como referência à alameda, seja como

referência ao fato de que Aristóteles e os estudantes passeavam por ali, discutindo animadamente filosofia (CHAUÍ, 2002 p. 336).

Em razão disso, Aristóteles e seus discípulos foram apelidados de *peripatéticos*, ou seja, devido aos ensinamentos do mestre serem ministrados em forma de passeios pelo jardim. Nesse período escreve duas grandes obras sobre ética: *Ética a Nicômaco* e *Ética a Eudemo*.

É importante ressaltar que apesar da divergência da opinião política do rei Alexandre, Aristóteles era seu amigo pessoal. Com a morte do rei, aumentam as divergências entre atenienses e macedônios. Aristóteles, por ter sido sempre ligado a estes últimos, sofre repúdio dos atenienses, chegando a ser acusado de traição, razão pela qual se retira de Atenas para não ser condenado.

Diante dessa situação, parte para a Eubéia, onde morre um ano depois (321 a. C), doente e afastado de suas atividades e de seus discípulos.

Falar sobre as obras de Aristóteles é uma tarefa difícil devido à sua abrangência e a alguns problemas, tais como, questões de autenticidade e o fato de muitas obras se terem perdido.

O Estagirita buscou o conhecimento que existia em toda a Grécia para escrever suas obras, reuniu vários manuscritos e obras numa biblioteca por ele criada, além de construir uma espécie de museu onde guardava catálogos com as diversas espécies de plantas e animais que utilizava para ilustrar suas aulas.

Aristóteles se ocupou de quase todas as ciências conhecidas na Antiguidade, classificando seus escritos em: ciências teóricas, que se referem ao estudo dos primeiros princípios de todos os seres (matemática, física e teologia); em ciências práticas, o homem como agente da ação (ética e política), e as ciências poéticas, aplicação da técnica na produção de algo (poética e retórica). Ficou conhecido como verdadeiro fundador da lógica ao escrever *Categorias*, *Da Interpretação*, *Analíticos I e II*, *Tópicos* e as *Refutações Sofísticas*. Este conjunto de obras ficou conhecido mais tarde como *Organon* cujo vocábulo grego significa “instrumento”.

O Estagirita também se preocupou em destacar nas suas obras, as ciências físicas e as biológicas, das quais podemos citar como exemplo: *História dos Animais*, *Metrológicas*, *Da geração dos Animais*, entre várias outras.

Em um conjunto de catorze livros, tratou de temas como o ser e a essência, tal obra foi posteriormente editada com o título de *Metafísica*.

A moral e a política são discutidas nos livros: *Ética a Nicômaco*, *Ética a Eudemo* e nos oito livros que compõe a obra *Política*. Para tratar da retórica e da poética, escreveu livros que receberam estes mesmos títulos.

Devido à vastidão de suas obras, Aristóteles ficou conhecido como um organizador do saber, aquele que se preocupou com a classificação e generalização, ao mesmo tempo em que respeitou as diferenças individuais de cada fenômeno estudado.

Deste filósofo nos ficou essencialmente o conjunto de seus cursos, transcritos e eventualmente reorganizados por seus discípulos, cuja primeira compilação, atribuída a Andrônico de Rodes, remonta a meados do século I a.C, ou seja, três séculos depois da morte de Aristóteles.

As obras de Aristóteles também são conhecidas de acordo com uma divisão em duas classes, resultantes de anotações realizadas, em cursos, pelos discípulos. As primeiras se referem aos escritos *exotéricos*¹, que objetivam a divulgação das teorias filosóficas e eram destinadas ao público em geral. Estes escritos eram redigidos em forma de diálogo e versavam sobre retórica e dialética. Por serem escritas na forma de diálogos, tais obras carecem de certo rigor metodológico. Alguns exemplos desses diálogos são: *Grylos*, *Eudemo*, *Protéptico*, *Sobre a filosofia*, *Sobre as idéias* e também poemas variados.

Os escritos *acroamáticos*² eram anotações de cursos destinados especialmente aos alunos iniciados numa determinada matéria (lógica, física, filosofia, biologia, metafísica, ética, política, artes e história). Estes objetos de estudos requeriam um aprofundamento maior em termos de análise e discussão e interessavam a uma minoria devido ao rigor necessário por serem matérias mais abstratas.

¹ Relativo à doutrina destinada ao grande público; o prefixo *ex* significa “fora”. Ao contrário, *esotérico* é a doutrina secreta, restrita a iniciados.

² Doutrina acessível só aos iniciados, e não ao grande público. Deriva de *akroama*, “música ou discurso harmonioso”; “o que é agradável ao ouvido”. Os livros “acroamáticos” – termo usado pelo próprio Aristóteles – são também designados como *esotéricos* por alguns autores, uma vez que se destinavam ao estudo no âmbito do Liceu e não à publicação.

Atualmente muitas obras de Aristóteles têm sido alvo de crítica devido a questões de autenticidade e interpretação, inclusive em relação ao contexto e à cronologia. A organização de seus escritos derivou de um longo processo, que se iniciou depois de morte do autor.

Em dois pontos essenciais os editores e os primeiros comentadores irão além das indicações de Aristóteles: por um lado, ao darem o título, no mínimo provisório, de *Metafísica* (ou seja, obra que deve ser lida “depois da física”) a um conjunto de especulações que haviam ficado sem título, nada indicando que Aristóteles pretendesse reuni-las sob uma denominação única; por outro lado, ao agruparem com o nome de *Organon* (que significa instrumento) o conjunto dos tratados que hoje em dia dizemos “lógicos”, nada indicando tampouco que Aristóteles tivesse visto uma unidade neles; unidade esta de resto problemática, pois não se pode afirmar, por exemplo, que o tratado das *Categorias*, primeiro dos que constituem hoje o *Organon*, não esteja lá por erro, e não devesse ter sido incluído entre os escritos “metafísicos” (HUISMAN, 2001 p. 64).

Uma das maiores críticas em relação às obras de Aristóteles se deve ao fato de que muitos cursos ministrados por ele foram redigidos por seus discípulos, e possuem um estilo e vocabulário diferentes dos empregados pelo filósofo, além de possuírem textos com datas e ideias distintas agrupadas em uma mesma obra.

A obra aristotélica foi traduzida, a princípio em cinco idiomas, sob a forma de comentários e interpretações neoplatônicos, árabe, grego, latim e hebraico, de modo que não era lida no original, e partes destas obras foram censuradas pelas autoridades eclesiásticas da época, em razão de o pensamento do filósofo ter sido considerado divergente do da Igreja:

Nem tudo quanto Aristóteles escreveu era aceitável para a Igreja (por exemplo, para o filósofo o mundo não foi criado) e as autoridades eclesiásticas nunca tiveram dúvida nem escrúpulo em censurar partes da obra, esconder outras tantas em bibliotecas de mosteiros, proibindo sua leitura (CHAUÍ, 2002 p. 341).

A filosofia de Aristóteles por muito tempo esteve relegada ao esquecimento, mas volta a ser reconhecida pela Igreja através da influência de São Tomás de Aquino que a reformulou convertendo-a em doutrinas dogmáticas.

Podemos inferir que, por um lado a interferência de São Tomás de Aquino foi exitosa, no que tange à revalorização da produção aristotélica, mas por outro, foi arbitrária, uma vez que Aristóteles jamais aprovaria tal dogmatismo.

A renovação dos estudos aristotélicos, principalmente a partir do início deste século, possibilitou a correção dessa imagem unilateral de um Aristóteles dogmático, unicamente preocupado em organizar e concluir – prematuramente, segundo alguns – o campo do saber (HUISMAN, 2001 p. 64).

Percebe-se que as teses aristotélicas novamente passam por alterações em termos de sentido, recuperando seu valor e fecundidade, abrindo-se para diversos campos do saber científico.

2. Contexto da Grécia que recebeu Aristóteles

Aristóteles viveu numa época de intensos debates políticos, que giravam em torno de dois modelos: o ateniense, que idealizava a democracia e a liberdade, embora vivenciasse situações de instabilidade e corrupção. E o modelo espartano, oligárquico, visando uma sociedade intensamente organizada, com as liberdades individuais subordinadas à *pólis*. O confronto de partidos na Grécia resultou em um cenário de guerra que gerou problemas como miséria, injustiça social, enfraquecimento da ética, induzindo o povo à indiferença em relação aos problemas da *pólis*. Esta disputa política entre os dois partidos exerceu grande influência em algumas obras de Aristóteles.

Nesta época, o mito servia para justificar os costumes e as leis. De maneira incontestável, segundo a concepção de Aristóteles, o mito é o “patrimônio de verdades”, anterior à ciência, pensamento que o levou a escrever em seu primeiro livro *Metafísica*, a relação entre o amor aos mitos e à sabedoria.

Atenas passa do discurso mítico-político para o discurso jurídico-político, no qual a democracia se instaura em sua plenitude. Todos têm direito a voz perante os tribunais e assembleias. A partir daí, vem à tona o poder dos sofistas, mestres da retórica e educadores de magistrados com abundantes recursos. A cidade se torna o centro das discussões e o tema de maior relevo para o povo grego.

Os recursos da linguagem são de grande importância no contexto jurídico, ressaltando o poder do convencimento em detrimento dos valores nela implícitos. Além das questões a favor da *pólis* e das causas humanas, surge uma preocupação com as leis da natureza e seus fenômenos que são apresentadas por meio do discurso científico.

Nesse contexto, Aristóteles introduz seu estudo sobre lógica. O homem apaga-se perante o objeto/fenômeno a ser estudado, surge uma nova linguagem, a analítica.

A opinião (*dóxa*) torna-se pejorativa, dando vazão ao que possa ser argumentado ou provado, de modo que a razão assume lugar central na busca da verdade.

Os interlocutores de Aristóteles são os pré-socráticos, os sofistas e os filósofos platônicos, estes últimos iniciaram o discurso sobre a metafísica, que Aristóteles retomou e ampliou.

3. A Filosofia em Aristóteles

A filosofia aristotélica é reconhecida por sua busca da totalidade do saber, tendo o “ser” como objeto central de suas investigações. O filósofo não distingue a filosofia da ciência. Em sua perspectiva, a filosofia é um anseio de conhecer que tem como ápice o prazer no conhecimento. Ela é o único de todos os saberes verdadeiramente livre, pois somente ela é seu próprio fim. Chauí (2002) também conceitua a filosofia como:

(...) a ciência mais elevada, aquela que não se subordina a nenhuma e à qual todas se subordinam; aquela que não recebe leis de nenhuma outra, mas dá leis a todas as outras, aquela que não obedece a nenhuma outra, mas é obedecida por todas (CHAUÍ, 2002 p.382).

Neste sentido, afirma a superioridade da filosofia sobre as demais ciências, destacando que ela rege sobre as causas e princípios de todas as coisas.

As discussões filosóficas sobre a linguagem tiveram uma posição de destaque no pensamento de Aristóteles. Segundo sua concepção, a linguagem e o pensamento são indissociáveis. O pensador grego atribui a ela tanta importância, a ponto de chegar a concordar com os sofistas e reconhecer que os homens só são capazes de constituir uma sociedade por serem dotados de linguagem (FARIA, 1994, p. 30). Por outro lado, os criticava por fazerem uso da retórica e da dialética sem assumir compromisso com a verdade.

Aristóteles considerava que através da linguagem o homem conseguia se comunicar e demonstrar seus valores, opiniões e significados. Para ele, o homem

que não conseguisse argumentar, ensinar ou participar de um diálogo era desprovido de razão, “(...) aquele que não consegue ouvir e responder, argumentar e compreender, ensinar e aprender, participar de um diálogo é *álogos*, isto é, ou é desprovido de razão ou está desprovido dela e é louco” (CHAUÍ, 2002, p. 427).

Para que haja comunicação e conhecimento faz-se necessário conhecer a existência das coisas e o sentido do nome estabelecido por convenção nas relações humanas. Aristóteles considera que a linguagem é presidida por certas regras, a partir do discurso (palavra) que reflete a estrutura do ser.

É através da análise da linguagem que este filósofo busca o pensamento lógico. A lógica (do grego *logos*, “palavra”, “discurso”) é considerada uma ciência preparatória para a introdução de qualquer estudo. Para que este seja considerado válido e seguro, é necessário, portanto, o uso da lógica como instrumento (*Organon*), assim sendo:

A lógica é o que devemos estudar e aprender antes de iniciar uma investigação filosófica ou científica, pois somente ela pode indicar qual é o tipo de proposição, de raciocínio, de demonstração, de prova e de definição que uma determinada ciência deve usar. (...) é dita uma disciplina vestibular, um conhecimento que deve anteceder aos outros conhecimentos (CHAUÍ, 2002, p. 357).

Vale destacar que Aristóteles não cunhou o termo “lógica” e sim, a palavra “analítica”, designando a esta expressão a maneira de se pensar corretamente, ou seja, uma estrutura de raciocínio e de linguagem. A divergência de opiniões entre Aristóteles e os sofistas residia no fato de que eles não se preocupavam com nenhum desses critérios em seus discursos. Aristóteles atribuía uma maior importância à analítica do que à dialética como método para a filosofia, uma vez que considerava esta última pouco rigorosa e baseada em discursos e opiniões.

Para o filósofo grego, existe uma contradição entre a experiência dos sentidos e a verdade inteligível, ambas refletem uma busca de justificar a realidade, este é um pressuposto básico da filosofia aristotélica. Segundo Faria (2004), Aristóteles acredita que a sabedoria (*sophia*) é uma ciência superior que objetiva conhecer os fundamentos da totalidade do ser. Podemos observar que ele considera a sabedoria a forma mais elevada de conhecimento, uma vez que esta não se restringe somente ao sensível, nem tampouco apenas ao inteligível.

A “causa” é a parte mais importante do processo de conhecimento, pois é a partir dela que se pode chegar a generalizações. Para este filósofo, uma “causa é um princípio, seja do movimento, da natureza ou da existência de um ser” (FARIA, 1996, p. 44). Nesse sentido, podemos inferir que o pensador apreciava a importância de conhecer as causas para se chegar à ciência. Para o Estagirita a causa do ser é dividida em quatro sentidos: a *matéria*, a *forma*, o *motor* e o *fim*.

A *matéria* é tudo o que está à disposição para ser moldado, adquirindo feição no processo de realização de algo, ela é indeterminada e caótica. A *forma* é o conceito que determina o ser, é imutável, não é criada, mas eterna, e não se separa da matéria. O *motor* é o terceiro sentido de causa, também chamado de *causa eficiente*, pois trata-se do princípio de onde parte o movimento do ser.

O *fim* é o fundamento da ordem que rege o movimento de todas as coisas, é a causa final, também considerado como cíclico, pois fim e princípio coincidem. É por este motivo que a filosofia aristotélica é considerada como finalística ou teleológica, pois ele considera que, mediante a filosofia, o ser humano imita o divino e atualiza sua forma.

Sendo racional, o ser humano deseja chegar à plenitude do conhecimento, essa é a motivação que poderá levá-lo à perfeição. Aristóteles, ao propor a *teoria das quatro causas*, deixa explícita a necessidade da combinação mútua entre elas, a fim de desvendar o ser e conhecer o real.

Na tentativa de explicar a análise e exposição da linguagem, Aristóteles utilizou como ponto de partida o estudo classificatório das palavras, ou seja, as *Categorias* (coisas que servem para designar outras). Estas adquirem sentido a partir do momento em que são processadas pelo raciocínio, que combinado com a linguagem é considerado por ele como *silogismo* (do verbo *syllogízo*, que significa reunir, juntar pelo pensamento, conjecturar). A definição aristotélica do silogismo se refere a “um discurso em que, postas certas coisas, outras se derivam delas necessariamente” (CHAUÍ, 2002, p. 368). As categorias antecedem todos os silogismos, elas significam o indicador de alguma coisa que serve para revelar, ou seja,

A palavra *kategoría* vem do verbo *kategoréo*, que significa: falar contra, acusar, revelar, tornar visível, dar a conhecer, exprimir, significar e afirmar. (...). Termos ou categorias são, pois, os gêneros das palavras tomadas

quando ainda não combinadas com outras e que são a condição de tudo quanto dizemos ou pensamos (CHAUI, 2002 p. 359).

Aristóteles referia que por meio das categorias o ser se diz de muitas maneiras, a união entre gramática e lógica indica a unidade entre dizer, pensar e ser.

Ao se pensar sobre a filosofia aristotélica é imprescindível conhecer o conceito de metafísica, definida por assim por Chauí,

A metafísica ou filosofia primeira é, portanto, uma ciência, embora deva ser diferente de todas as outras pela forma de conhecimento (a intuição) e pelo seu objeto (princípios, causas e o ser tomado em sua universalidade absoluta). Ela é ciência, em primeiro lugar, porque existem alguns princípios que são válidos para todos os conhecimentos e para todas as realidades (CHAUI, 2002 p. 388).

A metafísica é considerada por Aristóteles como a ciência do ser enquanto ser, é a filosofia que abrange o princípio de todas as coisas. É importante ressaltar que o termo “metafísica” não foi cunhado por Aristóteles, ele apenas o utilizou para designar a sua compreensão do ser e suas categorias.

A metafísica aristotélica sofreu severas críticas, principalmente no que se refere ao método e à aplicação do conceito. Alguns pensadores a consideraram distante da realidade e do concreto, focada no mundo dos sentidos e da essência. Por este motivo passa a ser negada como ciência universal.

Apesar de tais críticas, observamos, na atualidade, o ressurgimento do interesse pela filosofia aristotélica. Descobrem-se nela fontes de referência para aplicação em outras ciências, principalmente na busca pelo retorno de um conhecimento que envolva a visão de totalidade, portanto:

A plenitude concebida como horizonte sempre distante que exerce uma poderosa atração sobre a carência; a vocação de todo ente para a uma plenitude; a noção de uma ordem harmônica e de uma “medida” que, apesar de todos os acidentes, tende a realizar-se, são as idéias que continuam a fascinar os homens contemporâneos (FARIA, 1994 p. 86).

Muitos dos temas propostos por Aristóteles ainda são utilizados na contemporaneidade, abrindo perspectivas fecundas na tarefa de se exercitar o pensamento, principalmente no que tange à ética, tema que nos propomos a trabalhar no tópico seguinte.

4. A Ética aristotélica

Ética é uma palavra que deriva de *ethos*, que em grego, significa “costume”, “caráter”, “tradição” (FARIA, 1994). É a forma que o homem utiliza para se organizar em sociedade, elaborando juízos de valor e criando leis de governo. Também se refere à índole, significando o estudo do caráter para determinar como o indivíduo poderá se tornar virtuoso. Desse modo, a natureza do homem apresenta duas dimensões: a política e a moral que se manifestam nos diferentes *ethos*.

Aristóteles não foi o precursor nas discussões a respeito da ética, porém, foi o primeiro a denominá-la como filosofia prática e empregou o método, o conteúdo e a técnica para torná-la uma ciência:

A ética é uma ciência prática ou uma ciência da práxis humana, isto é, um saber que tem por objeto a ação. (...) o homem age tendo em vista um fim ou uma finalidade e, portanto, ao agir, atualiza potências para realizar plenamente sua forma (CHAUI, 2002 p. 440).

Esta finalidade está presente, segundo Aristóteles, em todas as atividades humanas que tem como alvo a busca do “bem”. No caso da ética, o bem é uma maneira de preparar o indivíduo para viver na *pólis*.

A política que também é uma ciência prática não se dissocia da ética, elas apenas se diferenciam pelo fato de a primeira apresentar uma dimensão social, coletiva, enquanto a outra se restringe ao particular, individual, portanto,

Quando se trata de determinar o mais alto dos fins humanos, Aristóteles dá a impressão de hesitar nas *Éticas*, entre a vocação contemplativa e a vocação política. Na verdade, não há contradição entre os dois ideais, que realizam, ambos, a natureza do homem: o primeiro, na mais eminente de suas virtualidades, que é a vida segundo intelecto, e o outro, na totalidade de suas aptidões, que são interligadas e consumadas pela capacidade de manter relações de justiça com outrem (HUISMAN, 2001 p. 70).

Ao escrever sobre a ética, Aristóteles compõe um verdadeiro tratado sobre o agir humano na história do pensamento filosófico, refletindo sobre as condutas humanas e da sociedade. O filósofo considera que o homem é um animal capaz de pensar e de fazer política, ou seja, de exercitar a busca do bem comum por meio da cidadania.

Sendo uma ciência prática, a ética deve direcionar o fim a ser alcançado, dando subsídios para que se concretize em plenitude, ou seja, para que alcance a felicidade. Aristóteles concebia a ética como teleológica, que visa produzir um bem e chegar a um objetivo, de acordo com o primeiro parágrafo da *Ética a Nicômaco*:

Toda arte e toda investigação, bem como toda ação e toda escolha, visam a um bem qualquer, e por isso foi dito, não sem razão, que o bem é aquilo a que as coisas tendem. Mas entre os fins observa-se uma certa diversidade: alguns são atividades, outros são produtos distintos das atividades das quais resultam; e onde há fins distintos das ações, tais fins são, por natureza, mais excelentes do que as últimas (ARISTÓTELES, Livro I, 1, 1094 a, 2010).

Percebemos que a ética em Aristóteles é interpretada como racional e natural, de modo que, o homem fazendo o uso da razão tem a capacidade de fazer escolhas tanto para o bem quanto para o mal. Ele nasce ético e a partir dos seus atos poderá ou não desenvolver suas virtudes aperfeiçoadas pelo hábito.

Segundo Chauí (2002) Aristóteles concebia a virtude como um hábito adquirido ou uma disposição constante e permanente para agir racionalmente em conformidade com uma medida humana, determinada pelo homem prudente. Nesse ponto a ética tem como atributo, orientar o homem na obtenção do hábito (exercício da vontade) para se tornar virtuoso. Assim o filósofo escreve:

A virtude também se divide em espécies, de acordo com esta subdivisão, pois dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais; por exemplo, a sabedoria filosófica, a compreensão e a sabedoria prática são algumas das virtudes intelectuais; e a liberalidade e a temperança são algumas das virtudes morais. De fato, ao falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio ou que possui discernimento, mas que é calmo, amável ou temperante; porém, louvamos um homem sábio referindo-nos à sua disposição de espírito, e às disposições de espírito louváveis chamamos virtudes (ARISTÓTELES, Livro I, 13, 1103 a, 2010).

Em termos filosóficos, virtude (*areté*) quer dizer potencialidade, vitalidade e vigor. Segundo Aristóteles, ela se refere à função da alma e é o equilíbrio (moderação) entre dois extremos o *justo meio* – medida exata entre o excesso e a falta. A virtude se divide em dois grupos: as *dianoéticas* (dianóia, “conhecimento demonstrativo”) que são as virtudes intelectuais formadas pela sabedoria e pela prudência. E as virtudes éticas ou morais que aludem ao instinto, à capacidade de desejar e à sensibilidade.

Todas as ações humanas visam uma finalidade com o propósito de obter um bem. Aristóteles considera o bem como uma finalidade própria do homem, que busca alcançar a felicidade (*eudaimonía*):

(...) a felicidade é a vida plenamente realizada em sua excelência máxima. Por isso não é alcançável imediata nem definitivamente, mas é um exercício cotidiano que a alma realiza durante toda a vida. A felicidade é, pois, a atualização das potências da alma humana de acordo com sua excelência mais completa, a racionalidade (CHAUI, 2002. p. 442).

Na visão do pensador grego, ela é percebida como um bem supremo, auto-suficiente que é aprazível em si mesmo. É um meio de nos aproximarmos do que é nobre e divino. Sendo uma atividade da vida contemplativa independente de bens exteriores (riqueza, poder), mas estes bens podem ser usados como instrumentos para alcançá-la, "(...) a felicidade necessita igualmente dos bens exteriores, pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, praticar ações nobres sem os devidos meios" (ARISTÓTELES, Livro I, 8, 1099 a, 2010).

Aristóteles destaca alguns equívocos de como alcançar a felicidade, que para muitos era vista como obra do acaso, dádiva dos deuses ou adquirida pela aprendizagem, porém ele a concebe como:

Contudo, mesmo que a felicidade não seja uma graça concebida pelos deuses, mas nos venha como resultado da virtude e de alguma espécie de aprendizagem ou exercício, ela parece incluir-se entre as coisas mais divinas, pois aquilo que constitui o prêmio e a finalidade da virtude parece ser o que de melhor existe no mundo, algo de divino e abençoado (ARISTÓTELES, Livro I, 9, 1099 b, 2010).

A ética aristotélica é a ciência da moderação e da prudência, pela qual o homem se revela através da educação do caráter, que busca na vida contemplativa a ação racional "o homem feliz vive bem e age bem" (ARISTÓTELES, Livro I, 8, 1098 b, 2010).

5. A *eudaimonía* aristotélica

A finalidade natural de todos os seres humanos, segundo Aristóteles, consiste em ter uma vida boa, justa e feliz. Partindo deste princípio, este filósofo propõe investigar qual é o fim ético que todo indivíduo aspira e quais caminhos ele deve trilhar em direção desta busca.

Diferentemente da honra, da inteligência e da riqueza, a felicidade é auto-suficiente (*autárkeia*), pois não necessita de bens exteriores para ser atingida, ao passo que os outros meios são buscados em favor de distintos bens. Na visão de Aristóteles, segundo Chauí,

aquilo que, à parte de todo o resto, torna a vida desejável e não carece de nenhum outro é um bem mais perfeito do que qualquer outro. E a felicidade é um bem desse gênero, pois ela não é buscada em vista de outra coisa e sim as outras coisas é que são buscadas como meios para ela (CHAUÍ, 2002 p. 441).

O bem é idealizado como uma virtude, uma atividade cotidiana que procura a excelência de acordo com o exercício da razão, sendo tão sublime que nos aproxima do divino. Sendo a felicidade um fim em si mesmo é conceituada na filosofia aristotélica como um bem supremo, algo absoluto que converge na ação.

A ética é um saber prático que tem por objeto a ação humana, ao agir o homem atualiza sua forma e busca a excelência em todos os aspectos do seu ser (físico, biológico, social, psicológico etc.).

Aristóteles diferenciou as ciências práticas (ética, política) das teóricas (as artes ou técnicas), sendo que as primeiras possuem um fim em si mesmas, e as últimas não possuem esta mesma autonomia, pois seu fim é uma obra diferente. No entanto, tais atividades possuem um aspecto comum, ambas tem como finalidade um bem. Na ética aristotélica o bem é a forma harmoniosa de convivência entre os cidadãos da *pólis*.

A ética tem como pressuposto mostrar o caminho para se chegar à felicidade, “Como toda ciência prática, a ética deve determinar a essência do fim a ser alcançado, a essência do agente e das ações e os meios para realizá-la” (CHAUÍ 2002, p. 441). Sendo assim, esta ética pretende investigar não somente o que é o bem, mas como nos tornarmos bons.

O bem ético é a vivência das virtudes no cotidiano, se difere da felicidade uma vez que alcançá-la é o resultando da conquista de uma vida inteira. O bem se diz de várias formas de acordo com a *substância* (atividade pura; intelecto); a *qualidade* (excelência ou virtude); e a *quantidade* (justo meio), e também de acordo com a *ação* e a *paixão* (desejo racional).

A ação ética se refere ao contingente, ou seja, uma atitude que não pode ser prevista, pois depende da escolha do indivíduo, esta determinará se ele é ético

ou não. Aristóteles considerava o homem como um ser misto, dotado de tendências tanto racionais quanto irracionais, sendo estas últimas consideradas como apetites e inclinações. O homem vive em constante conflito entre os anseios racionais e os desejos, isto é, a vontade de substituir a dor pelo prazer, definida como paixão (*páthos*), tal como escreve Chauí,

Por sua naturalidade, ela é o núcleo de nossa vida ética ou feliz; e por sua violência, ela está na origem de todos os vícios humanos. A presença da paixão como um elemento essencial da ação moral faz com que a tarefa da ética seja educar nosso desejo para que não se torne vício e colabore com a ação feita por meio da virtude. Em outras palavras, Aristóteles não expulsa a afetividade, mas busca os meios pelos quais o desejo passional se torne desejo virtuoso (CHAUÍ, 2002 p. 444).

Nesse sentido, o desejo surge no momento em que o indivíduo é afetado por causas externas, este desejo é o agente dos sentimentos e das emoções presentes no ser humano, é um movimento representado por uma dualidade: por um lado, o objeto que afeta o homem e por outro o caráter ou índole que determinará como se tornar virtuoso.

A virtude é o agir humano mediado pela razão, a ética tem a incumbência de orientar na aquisição deste hábito a fim de tornar o homem prudente (*phrónimos*). Chauí relaciona desejo e virtude da seguinte maneira:

O desejo é paixão, *páthos*, passividade, submissão aos objetos exteriores que nos afetam e aos impulsos e inclinações interiores, determinados por nosso temperamento. A virtude é ação, atividade da vontade que delibera e escolhe segundo a orientação da razão, a qual determina os fins racionais de uma escolha, com vista ao bem do agente, isto é, sua felicidade. O virtuoso é feliz porque prudente e prudente porque moderador e moderado (CHAUÍ, 2002 p.447).

Na perspectiva de Aristóteles, os desejos são neutros, se tornam maus a partir do momento em que não se ajustam à medida racional, por isso diz que as pessoas não nascem boas, mas se tornam boas quando praticam a ação ética para atingir a felicidade.

O homem para ser considerado ético na perspectiva aristotélica precisa ter a capacidade de deliberar sobre as coisas boas e úteis para si, atento à totalidade do bem viver. O homem prudente é capaz de discernir e ditar regras, normas e preceitos de conduta. Não sendo considerada ciência nem arte, a prudência é uma disposição prática que garante a autonomia e a auto-suficiência

para que o homem possa direcionar sua própria vida, enfim, libertando-se da escravidão causada pelos excessos de passividade ou paixão.

Ao propor estudar a ética, Aristóteles deixa claro que o bem e a finalidade do homem é a felicidade, desse modo, diferia da cultura de seu tempo que compreendia o conceito de felicidade vinculado aos prazeres e ao gozo sensual:

A julgar pela vida que os homens levam, estes, em sua maioria e os mais vulgares entre eles, parecem (não sem um certo fundamento) identificar o bem ou a felicidade com o prazer, e por isso amam a vida agradável. (...) A grande maioria dos homens se assemelha a escravos, preferindo uma vida comparável à dos animais (ARISTÓTELES, Livro I, 5, 1096 b [15], 2010).

Entretanto, o filósofo pondera que pessoas de maior discernimento identificam a felicidade com a honra, proveniente da vida política. E ainda aqueles que concebiam a felicidade com o acúmulo de riquezas. “Quanto à vida dedicada a ganhar dinheiro, é uma vida forçada (...) trata-se de uma coisa útil, nada mais, e desejada no interesse de outra coisa” (ARISTÓTELES, Livro I, 5, 1096 a [5], 2010). Tanto os prazeres, a honra, a riqueza, a razão e as demais virtudes são escolhidas no interesse da felicidade, contudo, essa que é considerada um bem supremo e auto-suficiente.

Aristóteles apresenta outras condições para que o homem seja feliz, não descartando totalmente a possibilidade de utilizar os bens exteriores como forma de alcançá-la,

(...) a felicidade necessita igualmente dos bens exteriores, pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, praticar ações nobres sem os devidos meios. Em muitas ações usamos como instrumentos os amigos, a riqueza e o poder político; e há coisas cuja ausência empana a felicidade – como a estirpe, a boa descendência, a beleza (ARISTÓTELES, Livro I, 8, 1099 a [30], 2010).

É importante ressaltar que ao falar sobre os instrumentos que empanam a felicidade, o filósofo impunha uma grande importância à aparência, ao companheirismo e à família, destacando que sem estes não haveria probabilidades de o homem ser feliz. Lembrando que no contexto em que Aristóteles viveu a cultura grega era permeada pela valorização do belo e da perfeição.

O estudo da ética aristotélica nos apresenta várias condições para considerar uma vida feliz, tais como a prática das virtudes, o cultivo das amizades,

preservação da saúde, suficiência de bens materiais, convivência harmoniosa na *pólis* e acesso as discussões filosóficas.

A prática das virtudes é um dos temas centrais da ética aristotélica, pois molda o caráter humano e orienta os costumes das pessoas, elevando seus sentimentos e educando os instintos. A virtude pertence à atividade virtuosa, ou seja, agir bem de acordo com o que é justo e correto.

Ao tratar do cultivo das amizades, Aristóteles as define como sendo “uma certa virtude, ou não podendo existir sem virtude. Além disso, é o que há de mais necessário para viver” (ARISTÓTELES, Livro VIII, 1, 1155 a, 2010). Ele considera a amizade como uma forma indispensável à vida do ser humano quando afirma “Sem amigos, a vida não vale a pena ser vivida” (ARISTÓTELES, Livro VIII, 1, 1155 a, 2010). Desse modo, mostra que a relação de amizade requer reciprocidade, um “querer bem” que só possível por meio de práticas virtuosas.

No que se refere à saúde e a suficiência de bens materiais, o filósofo mostra a importância da moderação, dado que para ser feliz o homem não necessita de muitas ou de grandes coisas, uma vez que os excessos corrompem a mente. Assim escreve:

Mesmo com recursos moderados, pode-se proceder virtuosamente (aliás, isso é evidente, pois se pensa que um cidadão pode praticar atos não menos dignos que os dos que detêm o poder; e muitas vezes até mais), basta que tenhamos o necessário para isso, pois a vida das pessoas que agem em conformidade com a virtude será feliz (ARISTÓTELES, Livro VIII, 8, 2010).

Assim, o filósofo explica que mesmo não tendo riqueza e poder, no que diz respeito à virtude, é preciso possuí-la ou tentar todos os meios que possam ajudar o homem a tornar-se bom.

Outra condição apontada por Aristóteles para que o homem seja feliz é conviver em uma sociedade justa, visando o bem coletivo e comunicando a percepção de valores. O pensador grego concebia o homem como “um animal político” que necessita viver em comunidade, buscando a completude em seus semelhantes.

Finalmente, as discussões filosóficas completam as condições da vida feliz, é o mais alto grau da felicidade, o conhecimento das verdades imutáveis (a vida contemplativa) em que Aristóteles considerava acessível apenas a alguns

filósofos. Isso não implica que somente estes têm a possibilidade de ser feliz, pois sendo a felicidade um bem humano, está ao alcance de todos que contemplem as demais condições.

A felicidade como fim ético é uma atividade da alma em consonância com as virtudes, tendo em vista um bem que pode ser tanto coletivo quando individual. O homem para ser feliz deve agir retamente e saber deliberar sobre todas as coisas, só assim alcançará a mais nobre e aprazível coisa do mundo: a *eudaimonía aristotélica*.

Conclusão

Ao se pensar sobre a ética atualmente não há como descartar as contribuições que Aristóteles legou à humanidade. Ele construiu um sistema de preceitos e condutas que orientam as pessoas a agirem retamente buscando um ideal de felicidade baseado na convivência harmoniosa na cidade, de forma que a natureza do homem seja moldada e encontre completude no âmbito da política e da ética.

A fragmentação do mundo contemporâneo faz com que os elevados conceitos da ética em Aristóteles chegassem até nós baseados no contrato social e não mais no princípio de natureza humana. Porém esta mudança não suprimiu a busca de criar uma sociedade justa, solidária e pacífica.

Muitas das concepções apresentadas por Aristóteles, no decorrer do tempo, foram interpretadas e ressignificadas afastando-nos das suas proposições originais, assim os temas ética e felicidade ganharam novas formulações conceituais.

A ética contemporânea baseia-se em normas de condutas e preceitos morais e não mais como um conjunto de boas ações direcionadas ao bem, quer seja individual ou coletivo.

A felicidade é buscada hoje pela maioria das pessoas no sentido de obter ganhos materiais, se perdendo em um consumismo exacerbado e alienante, de maneira que o comportamento seja ditado pelo o que os diversos tipos de mídia veiculam, tendo o individualismo e a competitividade como mobilizadores deste processo desumanizante. Já a *eudaimonía* aristotélica postula as condições para o ser humano alcançar a felicidade, baseada nos princípios da racionalidade,

considerando o justo-meio o principal caminho para conduzir o homem a tal bem supremo.

A leitura e o estudo da obra aristotélica nos revelam que, através do exercício das virtudes, é possível ser feliz, tendo uma vida equilibrada e consciente de que não basta somente viver, mas viver bem culminando numa existência livre e satisfatória.

Abstract: The present article has as main objective to analyze the contributions of the Aristóteles philosophy had in view its theoretical formulation on that refer on the concept of possible happiness thought of a ethical attitude. To understand the philosopher's thought, we must have in mind both the historical and political context like also the cultural and philosophical context of his time. His works were written from what was already written, investing and solving some questions unanswered been this a of the reasons that led him to be considered one of the forerunners of the history of the ocidental thought.

Key-words: Aristóteles. Philosophy. Happiness. Ethical.

Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. [Trad. Torrieri Guimarães]. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. 237 p.
- CHAUI, M. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. Vol. 1. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 328-486.
- FARIA, M. B. **Aristóteles**: a plenitude como horizonte do ser. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1994. 136 p.
- HUISMAN, D. **Dicionário dos Filósofos**. [Trad. Cláudio Berliner *et alii*]. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 61-71.

Texto acadêmico publicado em 10 de maio de 2012, na
Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas –
MG – Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM –
www.ufvjm.edu.br/vozes